

Distâncias e proximidades em tempos de pandemia: espaços, corpos e máquinas

Ana Piedade¹

¹ DECSC/ESEB – Instituto Politécnico de Beja (IPBeja); Lab-At/IPBeja; CRIA-Pólo FCSH/UNL

RESUMO

13 de março de 2020: a confusão, dúvida e medo instalam-se no Ensino Superior. Cancelam-se congressos e seminários presenciais, trocam-se os corpos pelas máquinas; a corporeidade pela descorporalização e desmaterialização; o toque pela distância. As instituições articulam-se. Param para formar minimamente docentes para ministrarem aulas a distância ou para lhes dar tempo a aprenderem uns com os outros, via *e-mail*, telefone, SMS ou WhatsApp. Entraram no léxico quotidiano as palavras *zoom*, plataforma, sala virtual, *chat*, Usam-se ícones para expressar emoções ... aprendeu-se com os estudantes – a tal geração que já nasce a saber usar as ferramentas e as plataformas digitais.

Todos nos reinventámos nos quotidianos – das máscaras, dos desinfetantes, aos graus de alarme social. Aprendeu-se para além da distância, galgaram-se espaços e fronteiras, que se esbateram, permitindo aos habitantes dos territórios remotos e semiperiféricos (com boa rede de internet), pela primeira vez, estarem tão perto da ação como os territórios mais centrais e com mais recursos. As semiperiferias ganharam. Já as periferias, onde a rede dificilmente chega ou não chega de todo, ficaram votadas a um duplo isolamento. Como os que vivem com maiores dificuldades – os que não possuem os computadores necessários ao contacto com o exterior e com o ensino formal, e/ou não possuem rede, e/ou não possuem eletricidade.

As minorias étnicas e indivíduos economicamente e socialmente excluídos tornam-se mais excluídos por via da pandemia, sentindo a incapacidade de acompanhar as matérias letivas, interagir com os pares, relacionar-se com as instituições sociais e acentuando, afinal, o fosso das desigualdades. E a pandemia ainda não se foi. Entretanto as crianças pequenas não veem o rosto dos adultos educadores e, portanto, há competências que não adquirem; os adolescentes não vivem plenamente, os mais velhos aguardam ou partem, sós... Vamos entendendo o que se passa. O balanço far-se-á no tempo da história.

PALAVRAS-CHAVE

Pandemia; corpos; fronteiras; máquina.

INTRODUÇÃO

A pandemia confrontou-nos com diferentes modos de comunicar. Aproximou-nos da tecnologia e uns dos outros através da tecnologia. Em todos os níveis de ensino, as aulas foram suspensas para que as instituições pudessem organizar-se em função das novas necessidades; cancelam-se congressos e seminários presenciais e, em poucos dias, trocam-se os corpos pelas máquinas; a corporeidade pela descorporalização e desmaterialização; o toque pela distância. De facto, o dia 13 de março de 2020 foi

estranho e marcante: a confusão, dúvida e medo instalaram-se em algumas das instituições de Ensino Superior. As instituições formaram, minimamente, os docentes para ministrarem aulas a distância ou deram-lhes tempo para aprenderem uns com os outros, via *e-mail*, telefone, SMS ou WhatsApp. Entraram no léxico quotidiano as palavras *zoom*, plataforma, sala virtual, *chat*, Vulgarizou-se o uso de ícones para expressar emoções ... aprendeu-se com os estudantes – a tal geração que já nasce a saber usar as ferramentas e as plataformas digitais.

Todos nos reinventámos nos quotidianos – das máscaras, dos desinfetantes, aos graus de alarme social. Aprendeu-se para além da distância, galgaram-se espaços e fronteiras, que se esbateram, permitindo aos habitantes dos territórios remotos e semiperiféricos (com boa rede de internet), pela primeira vez, estarem tão perto da ação como os territórios mais centrais e com mais recursos. As semiperiferias ganharam. Já as periferias, onde a rede dificilmente chega ou não chega de todo, ficaram votadas a um duplo isolamento.

A presente comunicação reflete um conjunto de preocupações e questões relativamente às diferenças de acesso às novas tecnologias e à qualidade e cobertura de rede, por um lado e, por outro, ao modo como se reconfiguram centralidades e periferias.

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

Entendemos as noções de centralidade e periferia de forma simples e, admitimos, simplista: centralidade ligada aos grandes centros urbanos, sobretudo do litoral; periferias são os territórios do interior, incluindo as cidades. Dentro dos espaços periféricos, encontram-se outros que designamos como dupla ou triplamente periféricos. As zonas periféricas são as que não permitem uma deslocação fácil e célere, através de transportes públicos eficientes e frequentes, pelo que o seu isolamento e localização periférica se fazem sentir, mais frequentemente pelo tempo despendido em viagens, do que pela distância efetiva às zonas centrais. Concorrem igualmente para esta dupla periferia a escassa ou inexistente cobertura de rede móvel e de internet.

A ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) tem disponível o “tem.REDE?”. Trata-se de uma aplicação que fornece informação acerca da cobertura das redes dos diferentes operadores móveis em Portugal. Permite que os utilizadores saibam quais

os territórios onde os operadores têm cobertura e, portanto, disponibilizam, no território nacional, serviços móveis de “Voz, SMS e MMS” e de Internet móvel.

De acordo com o *site* da ANACOM, o serviço de dados móveis 4G está tipificado em quatro coberturas: Banda Larga Muito Rápida 4G; Banda Larga Básica 4G; Acesso Limitado a dados 4G; e Não disponível. Estas diferenças de cobertura de rede no território geram assimetrias territoriais, uma vez mais, e, em alguns casos, reiteram e reforçam as periferias. Fazendo o cruzamento dos locais onde a rede é mais fraca (sujeita a interrupções ou queda no serviço; e onde não é possível aceder ao serviço) com os territórios de litoral e interior, não será surpresa verificar que é nestes últimos, sem sombra de dúvida, que se encontram as falhas de rede – porque há menos pessoas, ... e, eventualmente, porque o esforço para eliminar assimetrias no território português tem sido sucessivamente adiado, não obstante as promessas, em que as populações, escassas, que aí se mantêm, já não acreditam.

Refere Caçador (2022) que, de acordo com um levantamento preliminar realizado pela ANACOM, com base em dados fornecidos pelos operadores, cerca de 45 mil subsecções estatísticas se consideram “áreas brancas”, uma vez que não possuem cobertura de internet de alta velocidade, abarcando cerca de 286 mil alojamentos familiares de primeira residência. O mesmo estudo indica que, nas outras áreas, a cobertura das redes se situa no intervalo de 11% a 100%, podendo, portanto, não corresponder a uma cobertura integral. As áreas sem cobertura, refere a ANACOM, situam-se em 299 concelhos (97% do número total) e em 1.973 freguesias (64% do número total). A situação, como se pode concluir, pode ser complicada quando se trata de trabalhar a partir de casa. Ainda de acordo com Caçador (2022) e a ANACOM, o problema está em vias de resolução, através de um concurso que será lançado em breve e no âmbito do qual serão consideradas prioritárias as áreas de baixa densidade populacional. O objetivo é favorecer a coesão territorial e promover a valorização dos territórios do interior. O estudo chama a atenção para a existência de zonas brancas nas grandes cidades, o que nos remete para a heterogeneidade dos espaços urbanos, com bolsas de população mais pobre e com menos possibilidade de aceder à (in)formação e conhecimento, mas também para a diferença entre as cidades centrais e as periféricas. O corpo como campo de pesquisa para além dos lugares físicos tem sido objeto de estudo da antropologia (e de outras ciências sociais) há já longo tempo, mas a

antropologia entende-o como um campo de investigação em si e *per se* (Burkitt, 1999; Csordas, 1990, 1994; Shilling, 1993, 2008; Turner, 1994, 1995, 1997), porque o corpo permite refletir acerca da dicotomia material/imaterial; natureza/cultura; universal/particular. A abordagem da corporeidade permite compreender o corpo enquanto realidade simbólica, isto é, enquanto realidade localizada e construída social, cultural e historicamente.

Nesta perspetiva, o corpo e a corporeidade tornam-se mutáveis em função do contexto e da época. São convocados em função do modo como se apresentam, e estabelecem identidades e/ou alteridades relativamente às comunidades e sociedades nas quais se inserem. Uma vez mais somos chamados a refletir acerca dos impactos que o corpo sofre com a pandemia – a doença, mas também o recolhimento, a postura antinatural de horas sem fim passadas à frente dos *écrans* e que se traduz em queixas frequentes manifestas pelas e pelos informantes: “não posso das minhas costas!”; “passo quase 12 horas sentada”; “a pandemia ainda não me trouxe Covid, mas já me brindou com uma tendinite”; “comigo são os olhos... piorei muito neste ano e tal...”. As doenças e mal-estar causados por este novo uso do corpo estático, fixado em *écrans*, ainda está por fazer (recolhemos dados ainda não tratados sobre queixas relativas a postura, “dependência” das tecnologias, dificuldade em separar tempo de trabalho e tempo de descanso, etc.).

O corpo também não descansa – torna-se máquina – e muitos informantes referem ser frequente “adiarem refeições” ou “substituir o almoço por uma sanduiche, barras de cereais” ou outros alimentos passíveis de serem “consumidos frente ao *écran*”, “que se possam pousar num prato”, “não sujem e não precisem de talheres”. E o corpo não descansa, adia a água que se deve beber – “nas reuniões desligo a câmara, bebo água e vou à casa de banho, mas há muitas circunstâncias em que não se pode fazer isso! Nas aulas, a moderar o painel num congresso...” –, adia, de forma geral, as necessidades fisiológicas. E, à primeira vista, seria mais fácil lidar com o corpo descorporealizado...

O tempo que marca os ritmos do corpo também sofre alterações – tempo de descanso e tempo de trabalho fundem-se e confundem-se e os horários são mais difíceis de cumprir. O espaço virtual não fecha e, portanto, o trabalho não respeita horários senão à custa de grande disciplina. A sociedade do imediato espera respostas imediatas – aos *e-mails*, aos trabalhos de quem tem horários ou prioridades trocadas. Ganha-se em

flexibilidade, é certo, e passa a trabalhar-se por objetivos, o problema é que eles crescem e multiplicam-se. Hoje o corpo usa máscara e há quem não se reconheça sem ela – a distância somos mais inteiros no rosto, mas sem corpo. Mas a distância desaparecemos nas câmeras desligadas; nos microfones desligados, nas presenças tantas vezes aparentes. Neste jogo entre distância e distâncias, a foto substitui o corpo; o escuro da ausência de imagem substitui o corpo.

A formação a que não se tinha acesso por ser dispendiosa (em transportes, alojamento, refeições fora) de repente entra-nos casa dentro – a quem tem os meios técnicos e tecnológicos que o permitem – e torna-se apelativa, não se deixa passar. E agora é pós-laboral, portanto podemos organizar a nossa vida em torno de mais este desafio e passam-se mais horas a fixar o teclado, a roubar tempo ao tempo individual.

A capacitação e a formação ao longo da vida são, sabemos-lo, de extrema importância para docentes do ensino superior e técnicos superiores inseridos em Associações de Desenvolvimento Local (ADL), Organizações Não Governamentais (ONG), instituições de governança regional e local, forças de segurança, e outros. O modo como, antes e durante a pandemia, se posicionam face à formação – o tipo de formação que frequentam ou ministram, a duração da formação, se é nacional ou internacional, o número e tipo de colóquios, congressos e simpósios a que assistem e/ou ministram – é importante para compreender se e de que modo a “distância” *versus* presencial potenciou ou inibiu estes momentos de capacitação. Permite começar a compreender (afinal este é um fenómeno novo) o que está a acontecer em termos de eventos formativos e também como se perspectiva o futuro. Têm vindo a inventar-se/descobrir-se novos modos de apresentações em congressos, seja com painéis de discussão, seja com o formato clássico feito a distância, com apresentação de trabalhos através de fotos colocadas virtualmente numa galeria de arte e que suscita a comunicação e a interpelação; comunicações gravadas antecipadamente e, ainda, com a transmissão simultânea de oficinas nas quais os participantes se inscrevem, recebem informação acerca de materiais que devem adquirir e condições que devem cumprir e, ao mesmo tempo que o/a formador/a, realizam a tarefa proposta (por exemplo, confeccionar pão ou queijo) e o produto da oficina realizada por cada um dos participantes em sua casa está a ser partilhado em direto, por todos e para todos. As reuniões de trabalho interinstitucionais e intrainstitucionais fizeram-se cada vez mais a distância – ganha-se

em termos de tempo e económicos; evita-se reposição de aulas, por vezes difíceis em termos de conjugação de horários de docentes e estudantes. Perde-se na relação de proximidade.

As formações que pareciam impossíveis a distância são já reivindicadas por muitos como extremamente vantajosas, permitindo, através das salas de *chat*, que se trabalhe em grupo, se discuta em pequeno e em grande grupo. Ferramentas como o *mentimeter* permitem construir nuvens de palavras no imediato, escolher entre diferentes opções e ver traduzido, na hora, o resultado das nossas escolhas, em gráficos com o formato que se quiser. As plataformas permitem a passagem de vídeos e a discussão à volta dos conteúdos – sem sair de casa, sem chuva, sem custos, exceto o de se estar cada vez mais só.

ASPETOS METODOLÓGICOS

Pretende-se refletir de que forma a pandemia que ainda atravessamos veio alterar o modo como técnicos, docentes e investigadores têm conseguido participar em eventos científicos e ações de formação. A necessidade de manter a atualização dos conhecimentos, trocar experiências, dar continuidade a ações de formação que se tinham iniciado de modo presencial, fazer avaliações de projetos e desenvolver os habituais congressos, colóquios e simpósios implicou que se encarassem as novas tecnologias, por vezes evitadas, como aliadas, um recurso prestimoso e incontornável. É nosso objetivo compreender se algumas das soluções temporárias com recurso às plataformas digitais para reunir a distância, organizar ações de formação de diferentes tipos (capacitação, de formadores, ...) e congressos trazem (algumas) vantagens substanciais relativamente às modalidades presenciais. Interessou-nos perceber se teria havido uma diminuição ou um aumento de participação no tipo de eventos enunciados.

É igualmente nosso objetivo compreender como os que vivem com maiores dificuldades – os que não possuem os computadores necessários ao contacto com o exterior e com o ensino formal, e/ou não possuem rede, e/ou não possuem eletricidade – conseguem ultrapassar estas dificuldades, de modo a dar continuidade à sua capacitação (adultos e crianças). No presente texto apenas nos debruçaremos sobre os

públicos adultos que, embora tendo os equipamentos (computadores, câmeras, auscultadores, ...), residem em zonas que possuem uma deficiente cobertura de rede. O estudo, de tipo qualitativo, é um trabalho em processo. Trata-se, portanto, de um estudo de carácter exploratório e contou apenas com 38 participantes que são docentes do Ensino Superior e Técnicos Superiores (ADL; ONG; Governança Local, Equipamentos Culturais; Forças de Segurança), sendo que alguns destes informantes acumulam função enquanto técnicos e docentes. Optou-se, para a recolha de dados, essencialmente pela realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas sobretudo a distância, e recurso a grupos focais.

As entrevistas e os grupos focais contaram com participantes com características específicas: possuem formação graduada e/ou pós-graduada; têm apetência pelo aprofundamento de competências técnicas/profissionais; habitualmente inscrevem-se em ações de formação; realizaram em situações normais pelo menos uma ação de formação com duração superior a seis horas, por ano; possuem diferentes níveis de literacia mediática; exercem profissões diversificadas; procedem de áreas de formação diversificadas; possuem computador com câmara operacional; têm acesso à Internet no local de trabalho e em casa.

As categorias de Formação analisadas, foram as seguintes: formação de formadores internacional; formação de formadores nacional; formação para públicos estratégicos; formação técnica sem relação direta com a área de trabalho; encontros “informais” entre Pares; congressos, colóquios, simpósios e conferências internacionais; e, por fim, congressos, colóquios, simpósios e conferências nacionais

Os dados apresentados cobrem o período temporal compreendido entre outubro de 2020 e outubro de 2021 (há ainda dados recolhidos, mas não tratados, que se optou por não apresentar, tanto deste período como posteriores) e os informantes residem nos distritos de Beja, Moura, Portalegre, Guarda, Braga, Santarém, Bragança. As localidades de residência abrangem vários territórios: Serpa, N.ª Sr.ª das Neves, Ferreira do Alentejo, Beja, Ourique, S. Luís (Odemira), Odemira, Elvas, Montargil, Ponte de Sor, Sousel, Olhão (Faro), Sto. Tirso (Porto), Carracedo e Pinela (Bragança), Bragança, Mourão, Santarém, Coruche, Vila Nova de Famalicão, Braga.

Os participantes foram divididos em quatro grupos: A, B, C e D. O grupo A corresponde aos docentes do ensino superior; o grupo B corresponde aos técnicos superiores de

ONG, ADL, IPSS e instituições de governança regional e local (direções gerais, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia); o grupo C corresponde a forças de segurança (PJ, GNR, PSP, SEF); e o grupo D corresponde a técnicos superiores que também são docentes no ensino superior e/ou formadores. A opção por não ter em consideração docentes de outros graus de ensino prendeu-se com a quantidade destes profissionais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tabela 1. Formação de formadores internacional (recebida e ministrada)

N.º de Horas	Participantes (A, B, c e D)	Disponibilidade para formação presencial	Razões para (in)disponibilidade	N.º de formações realizadas
26-60	A	Não	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	3
13-25	A	Não	Só via digital – horários e distância	4
7-12	A e D	Não	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	3 (A- 1; D-2)
Até 6	A, B, C e D	Não	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento; Conciliação	A - 12 B - 3 C - 2 D - 2

No que concerne à formação de formadores recebida e ministrada, os informantes referiram que fizeram e ministraram mais formação do que antes da pandemia. Caso a formação a que assistiram decorresse em formato presencial, não teriam feito a formação. As razões apontadas prendem-se com a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (três casos) e com o local de formação, custos com transporte e alojamento. Os informantes evidenciaram a dificuldade de se deslocarem, mesmo com viatura própria, a Lisboa, todos os dias ou três vezes por semana, referindo que não seria sustentável do ponto de vista económico ou profissional (trata-se de formação pós-laboral), na medida em que, começando entre as 17.30h e as 18.00h, não lhes permitia sair do trabalho e chegar atempadamente. Começando mais tarde, chegariam a casa de

madrugada, para ir trabalhar no dia seguinte de manhã. Assim, o esforço era grande, mas possível.

Como pode observar-se pelos dados, a grande fatia da formação, neste caso, teve uma duração igual ou inferior a seis horas e contou com a participação de todos os grupos definidos, embora o grupo A, dos docentes do ensino superior, surja destacado com a realização de 12 ações de formação. Nas formações com uma carga horária entre 7 e 12 horas, há mais técnicos superiores/docentes (grupo D). As ações de formação de formadores, internacionais, com carga horária superior a 12 horas, apenas contaram com docentes do ensino superior.

Tabela 2. Formação de formadores nacional (recebida e ministrada)

N.º de Horas	Participantes (A, B, c e D)	Disponibilidade para formação presencial	Dificuldade	N.º de formações realizadas
26-60	A	Sim	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	1
13-25	A	Sim	Disponível	1
7-12	A e B	Sim	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	1
Até 6	A	Sim	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	2

Em termos de número de formações, não há diferenças significativas no que concerne às horas. O grupo que mais fez formação foi o grupo A, isto é, o dos docentes do ensino superior, e apenas o grupo A tinha pessoas disponíveis para realizar a formação presencial (tratava-se de um elemento em licença sabática, pertencente a uma Universidade).

Tabela 3. Formação para públicos estratégicos (recebida)

N.º de Horas	Participantes	Disponibilidade para formação presencial	Dificuldades	N.º de formações realizadas	
60 horas	26 (A; B; C; D)	Não (23)	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento; Impossibilidade de conciliação com trabalho; horários	1 formação 3 pessoas	2 formações 23 pessoas

No que concerne à formação dirigida a públicos estratégicos, todos os grupos participaram. No total houve 26 participantes. Destes, 23 não teriam participado nas ações caso estas se tivessem realizado no modo presencial. Uma vez mais, os argumentos avançados prenderam-se com o local da formação; com os custos de transporte e alojamento; mas também com a impossibilidade de conciliação da vida profissional e familiar e com os horários da formação. Três pessoas fizeram uma formação e 23 fizeram duas formações com 60 horas de duração.

Tabela 4. Formação Técnica sem relação direta com a área de trabalho

N.º de Horas	Participantes	Disponibilidade para formação presencial	Dificuldades	N.º de formações frequentadas	Observações
Mais de 20	3 (A; B; D)	Sim	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	4	1 dos participantes frequentou 2
16-20	8 (A; B; C)	Sim	Disponível	8	Cada participante frequentou 1 ação
7-15	19 (A; B; C; D)	Sim	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	25	3 dos participantes frequentaram mais do que 1 ação
Até 6	38 (A; B; C; D)	Sim	Local da Formação; Custos de transporte e alojamento	47	Todos os participantes frequentaram pelo menos 1 ação; 8 participantes frequentaram mais do que 1 ação

A formação técnica ligada com a área de trabalho teve o maior número de participantes. À medida que a carga horária aumenta, diminui o número de pessoas a frequentar ações e o número de ações frequentadas. Neste caso, a formação, a ser ministrada presencialmente, sê-lo-ia durante o tempo de trabalho ou perto da zona de residência, pelo que a disponibilidade para a formação presencial seria total. As eventuais dificuldades que pudessem surgir relacionavam-se, uma vez mais, com a alteração dos horários ou locais de formação, que implicassem deslocações e custos acrescidos.

Há um conjunto de outras atividades, como sejam os Encontros “Informais” Entre Pares, em que elementos de um grupo com interesses científicos comuns se encontram mensalmente (portanto, 12 vezes em 12 meses); as tertúlias (no caso, organizadas pelo Lab-At/IPBeja), que acontecem de forma regular mas sem data fixa (ocorreram oito no período estudado) e os Encontros Virtuais de Projetos. Neste tópico, e no período dos 12 meses estudado, o grupo A, dos docentes do ensino superior, reuniu 16 vezes; o grupo B, dos técnicos superiores, terá reunido pelo menos 11 vezes; o grupo C, das forças de Segurança, 8 vezes.

No que concerne a congressos, colóquios, simpósios e conferências internacionais, os docentes do ensino superior foram os únicos a fazer-lhes referência. Sem indicarem números que permitam fazer uma estimativa aproximada, partilharam as reflexões que

em seguida se transcrevem: “Só vendo quantos!... Foram muitos, muitos, mesmo!”;
“Nunca na minha vida assisti ou participei em tantos...”.

Quando questionados relativamente às vantagens e desvantagens das modalidades a distância, referiram:

Tem sido viciante, mas é aproveitar agora. Alguma coisa de bom a pandemia tem que trazer... podemos, no conforto da nossa casa, participar (...) sim... muitas vantagens... as instituições, como sabes, não têm recursos para nos abonar as inscrições, se não se tiver um projeto, portanto acabamos por não ter condições económicas para pagar alojamento, etc., e se tiver que se pagar viagem de avião, por exemplo, não é possível. Repara: muitos congressos são no norte da Europa, onde o custo de vida é elevadíssimo (...) assim acabamos por pagar apenas a inscrição.

Tenho participado em muitos mais, é um facto, mas sinto falta do contacto com pessoas de outras instituições com quem costumo conversar (...) até mesmo estabelecer parcerias. E sobretudo já não posso olhar para *écrans*...

Há vantagens, claro. Como para o estrangeiro, deixa de se colocar a questão das viagens e alojamentos com os custos respetivos e, sobretudo, organizamos melhor o tempo, não é? Podemos não assistir a um ou outro painel se houver aulas ou uma reunião à qual não podemos faltar.

Para mim a principal vantagem, para além do dinheiro, é não ter que repor aulas... isso dá cabo de mim... parece que estamos a passear... fazemos as comunicações, temos custos e ainda temos que compensar aulas... nas universidades talvez não seja exatamente assim, mas nos IP é mesmo assim... é exigido, mas não é valorizado.

Contudo, há sempre vozes discordantes:

Eu continuo a preferir o presencial e não, não sinto diferença. Sempre fui a muitos congressos, quer a convite quer integrada nos projetos nos quais estou envolvida. E os nossos colegas da minha universidade também. Não vou dizer que podemos ir a todo o lado, mas sim, vamos a muitos eventos científicos. Já tive duas sabáticas (também sou docente há já muitos anos) e tenho aproveitado para participar em muitos eventos, sobretudo no estrangeiro (...) cá... seguramente 10 ou 15 por ano.

As opiniões são bastante positivas relativamente a eventos científicos realizados a distância. Uma vez mais se valoriza a possibilidade de conciliar horários mais facilmente, escolher os painéis e comunicações a que se deseja mesmo assistir e a diminuição de custos envolvidos. Como ponto negativo, salienta-se a perda de relações de sociabilidade, a comensalidade e a importância do toque e da possibilidade de fruição do tempo de lazer e das visitas culturais que frequentemente integram estes eventos e

permitem um contacto mais próximo entre investigadores que não se conhecem. Referem-se, ainda, algumas falhas de rede e outros problemas técnicos que por vezes impossibilitam ou dificultam as comunicações. Alertam, igualmente, para o quão desagradável é estar a fazer uma comunicação para uma galeria de câmeras desligadas.

CONCLUSÃO

A nossa vida mudou nos últimos meses. Resta saber se algumas mudanças permanecerão. A par do desejo emocional do contacto entre as pessoas, parece haver outro mais racional, que nos impele a poupar dinheiro e tempo, a ficar no (des)conforto das nossas casas e a trabalhar e investir na autocapacitação a distância. Mas nem tudo são vantagens neste sistema e, de facto, as maiores dificuldades relativamente aos eventos a distância passam pela cobertura de rede em zonas mais interiores e/ou periféricas, tais como as falhas de rede e, ainda, a velocidade e capacidade da rede. Esta situação agrava-se em edifícios antigos, em pedra, com paredes grossíssimas. Por vezes há necessidade de desligar as câmeras para melhorar o sinal e, portanto, perde-se o contacto com os interlocutores. Situações de mau tempo que provocam quebras de rede são frequentes em alguns pontos do território, que resultam frequentemente na imagem congelada. As interrupções de rede no meio de uma apresentação são também referidas pelos informantes.

As pessoas estão conscientes de algumas situações que consideram problemáticas mas ainda não conseguiram resolver, como seja a dificuldade em gerir o tempo, em separar tarefas; a dificuldade/impossibilidade de fazer a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal. Num tempo de confinamento em que os diferentes elementos da família precisam de trabalhar a partir de casa, por vezes faltam equipamentos e, claro, nem todas as casas estão preparadas para serem espaço de trabalho (muito menos partilhado por todos os membros da família), portanto é difícil não incomodar e não ser incomodado.

Ainda assim, estas modalidades a distância lembram-nos de que estamos entre o centro e a periferia. Acedemos mais facilmente ao que, normalmente, está mais dificilmente acessível ou mesmo inacessível mas sem a devida cobertura de rede, sentimo-nos ainda mais “periféricos” mesmo quando as nossas instituições estão/são o centro dos eventos.

Embora não seja esse o cerne desta reflexão, não podemos deixar de pensar que as minorias étnicas e indivíduos economicamente e socialmente excluídos tornam-se mais excluídos por via da pandemia, sentindo a incapacidade de acompanhar as matérias letivas, interagir com os pares, relacionar-se com as instituições sociais e acentuando, afinal, o fosso das desigualdades. E a pandemia ainda não se foi. Entretanto as crianças pequenas não veem o rosto dos adultos educadores e, portanto, há competências que não adquirem; os adolescentes não vivem plenamente, os mais velhos aguardam ou partem, sós... Vamos entendendo o que se passa. O balanço far-se-á no tempo da história.

BIBLIOGRAFIA

- ANACOM. <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1565285> (acedido em 30 de maio de 2021).
- Burkitt, I. (1999). *Bodies of thought: Embodiment, identity and modernity*. Londres: Sage.
- Caçador, F. (2022). 286 mil casas em Portugal não têm acesso a redes de alta velocidade. Governo quer identificar “zonas brancas” e validar o mapa onde investir. *Sapo on line*, 6 de janeiro de 2022. <https://tek.sapo.pt/noticias/telecomunicacoes/artigos> (acedido em 10 de janeiro de 2022).
- Csordas, T. (1990). Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos*, 18, 5-47.
- Csordas, T. (1994). Introduction: The body as representation and being-in-the-world. In T. Csordas (Org.), *Embodiment and experience. The existential ground of culture and self* (pp. 1-24). Cambridge: Cambridge University Press.
- Shilling, C. (1993). *The body and social theory*. Londres: Sage.
- Shilling, C. (2008). *Changing bodies. Habit, crises and creativity*. Los Angeles: Sage.
- Turner, B. (1995). Recent developments in the theory of the body. In M. Featherstone, M. Hepworth, & B. Turner, *The body* (pp. 1-35). London: Sage.
- Turner, B. (1997). The body in Western society: Social theory and its perspectives. In S. Coakley (Org.), *Religion and the body* (pp. 15-41). Cambridge: Cambridge University Press.